

ANGOLA

2017

Joel MUZIMA / j.muzima@afdb.org
Glenda GALLARDO / glenda.gallardo@undp.org



ANGOLA

- A economia angolana cresceu 1.1% em 2016. Contudo, uma alta do PIB de 2.3% é esperada em 2017 e de 3.2% em 2018, devido ao aumento previsto das despesas públicas e uma melhoria dos termos de troca, resultante da recuperação do preço do petróleo.
- Angola precisa de aumentar o investimento em capital humano, prosseguir a diversificação e reduzir a vulnerabilidade de sua economia a fim de passar a integrar o grupo dos países de rendimento médio em 2021.
- O desenvolvimento das indústrias locais e o reforço das capacidades de empreendedorismo são cruciais para acelerar a recuperação económica e promover um crescimento inclusivo.

Visão global

O declínio acentuado e duradouro dos preços do petróleo afetou negativamente o desempenho económico de Angola em 2016. Ademais, o abrandamento da atividade não-petrolífera – isto é dos setores industrial, da construção e de serviços – se ajustaram aos cortes no consumo privado e no investimento público que se seguiram à disponibilidade mais limitada de divisas. Como resultado, o crescimento do PIB foi de apenas 1.1%, em 2016. Esta conjuntura colocou em evidência a necessidade de abordar com determinação a dependência do petróleo, de diversificar a economia e reduzir as vulnerabilidades. Em 2017 e 2018, prevê-se o crescimento do PIB para 2.3% e 3.2%, respetivamente, devido, principalmente, ao aumento previsto da despesa pública e à melhoria dos termos de troca.

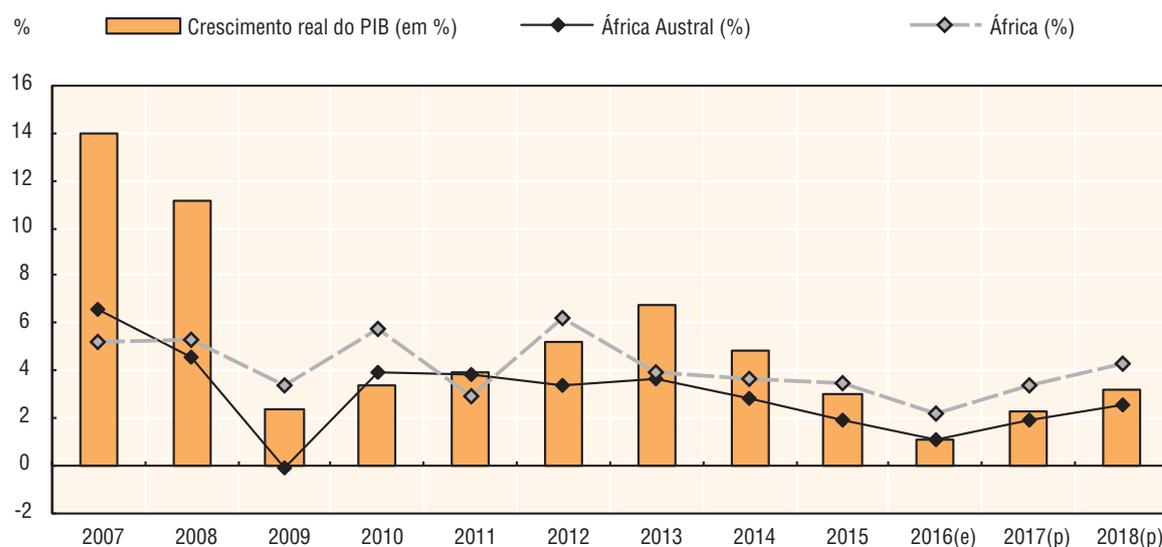
O governo tomou medidas para mitigar o impacto do choque da queda do preço do petróleo sobre a economia, incluindo: a racionalização da despesa pública através da eliminação de subsídios aos combustíveis, aumento significativo da mobilização de receitas não-petrolíferas e a depreciação da taxa de câmbio para preservar a competitividade das exportações e reduzir a tendência das importações. No entanto, são necessárias medidas políticas adicionais para estabilizar as condições macroeconómicas, aumentar a distribuição equitativa da riqueza e melhorar a prestação de serviços. Uma prioridade será investir em capital humano, acelerar a diversificação e reduzir a vulnerabilidade económica, uma vez o país abandone o grupo de Países Menos Avançados (PMA) em 2021. No que diz respeito ao capital humano, os investimentos em saúde e educação são cruciais. Investimento em transformação agrícola e cadeias de valor são necessários para diversificar as exportações, aumentar as fontes de receita e reduzir a dependência do setor petrolífero. A expansão da infraestrutura económica e, mais importante, o acesso à eletricidade, estradas e transportes, abastecimento de água e saneamento e desenvolvimento de capacidades é fundamental para melhorar o ambiente de negócios e aumentar o papel do setor privado no crescimento económico. O país também deve promover a integração regional, de modo a melhor explorar o potencial da indústria local e impulsionar o comércio.

Angola deve reforçar o seu apoio ao empreendedorismo e à industrialização. A indústria angolana encontra-se numa fase inicial, em que os bens alimentares e bebidas como setores-chave. O Programa Nacional de Industrialização 2013-17 define sete subsectores-chave, entre os quais o têxtil e de vestuário, de produtos químicos e de papel e rochas ornamentais. No entanto, a participação do valor acrescentado industrial no PIB em Angola permanece baixa, situando-se em 8.6%. A taxa de atividade empresarial também se mantém baixa em 21.5%, dificultada por infraestruturas deficientes, dificuldade de acesso ao crédito, baixa capacidade de gestão e falta de estratégias integradas para fomentar o empreendedorismo. Para se atingir a diversificação



económica e o bem-estar de todos é absolutamente essencial remover estes estrangulamentos estruturais.

Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB



Fonte: AfDB, Statistics Department AEO. Dados para 2013 são estimados, para 2014 e seguintes são projeções.

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Crescimento real do PIB	3.0	1.1	2.3	3.2
Crescimento real do PIB per capita	0.7	-1.1	0.1	1.0
Inflação. medida pelo ÍPC	10.2	30.2	21.8	19.7
Saldo orçamental. em % do PIB	-3.3	-5.5	-4.0	-2.3
Conta corrente. em % do PIB	-10.0	-11.2	-7.5	-5.1

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

Ao longo da última década, Angola atingiu um período de reconstrução e recuperação extraordinário e de rápido crescimento económico, mas os preços do petróleo, que começaram a cair em meados de 2014, têm prejudicado as perspetivas de crescimento. O crescimento do PIB desacelerou para 1.1% em 2016, impulsionado pelos cortes no consumo privado e no investimento público face à limitada disponibilidade de divisas. Além disso, a agricultura teve um desempenho inferior ao seu potencial devido à baixa produtividade e a choques climáticos. Espera-se que o crescimento angolano atinja 2.3% em 2017, e 3.2% em 2018, devido a um aumento previsto das despesas públicas e a uma melhoria dos termos de troca. Os riscos para o crescimento incluem a probabilidade de baixos preços internacionais do petróleo por período prolongado, já que as questões de conformidade, aliadas às perspetivas de aumento da produção de xisto nos EUA, poderiam minar a longevidade do Acordo OPEP para limitar a produção de petróleo. A alta inflação e o enfraquecimento dos níveis de investimento provavelmente prejudicarão ainda mais o crescimento.



Prevê-se que as contas orçamentais e externas melhorem com base no pressuposto de um aumento de 12% no preço do petróleo no Orçamento Geral do Estado, de 41 USD / barril em 2016, para 46 USD / barril em 2017. A produção interna de petróleo deverá aumentar 2% e atingir 1.82 milhões de barris por dia (bpd), apesar da redução de mais de 70 mil bpd no âmbito do Acordo OPEP. As exportações totais devem registar um crescimento anual de 6.5%, atingindo 37.3 mil milhões de USD, com a recuperação dos preços do petróleo. Angola deverá continuar a ser o quarto maior recetor de investimento direto estrangeiro (USD 16 mil milhões / ano) da África subsariana, logo a seguir à Nigéria, África do Sul e Quênia, mas a diminuição das margens de lucro no setor petrolífero, devido a preços mais baixos, os elevados custos logísticos e a falta de reformas continuam a ser os principais fatores de dissuasão do investimento estrangeiro. As transferências internacionais líquidas diminuirão de 2.1 mil milhões de USD em 2016, para 834 milhões de USD devido a influxos limitados de moeda estrangeira e a restrições administrativas das transferências para o exterior à luz da escassez de liquidez cambial. O governo prevê que serão necessários 19 mil milhões de USD para cobrir um défice orçamental de 5.8% no Orçamento Geral do Estado de 2017.

A economia angolana gira em torno da mineração e dos hidrocarbonetos, tornando-a uma das mais concentradas do mundo. O petróleo representa 30% do PIB, 95% das exportações totais e 50% das receitas públicas. A dependência do petróleo torna a economia vulnerável às flutuações dos preços mundiais do petróleo e também a expõe à «doença holandesa», pela qual as receitas do petróleo levam à apreciação da moeda com reflexos negativos noutros setores de bens transacionáveis. O rápido crescimento de Angola, particularmente alimentado pelo desenvolvimento dos setores de petróleo, gás e minerais, altamente intensivos em capital, tem gerado poucas oportunidades de emprego e efeitos positivos para outras áreas da economia. De acordo com a Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar das Populações (IBEP, 2008-09), a proporção de pessoas em situação de pobreza diminuiu de 62% em 2001 para 36.6% em 2009, mas permanece alta em 58%. A desigualdade do rendimento, medido pelo coeficiente de Gini, caiu de 58.6% em 2000, para 42.7% em 2008, mas permanece entre as mais altas da região. O governo está cada vez mais ciente desta realidade e o recente declínio dos preços do petróleo representa uma oportunidade para impulsionar as reformas que promovam a diversificação económica e a competitividade noutros setores, como na agricultura, na pesca e na manufatura, usando os instrumentos públicos e privados de parceria.

A agricultura representa 12% do PIB e emprega quase 70% da população. O setor enfrenta muitos desafios, incluindo a fraca produtividade devido ao baixo uso de fertilizantes, más estradas, cadeias de abastecimento desarticuladas, baixas qualificações e acesso limitado à eletricidade e aos sistemas de irrigação. As alterações climáticas resultantes do fenómeno *El Niño* agravaram o ciclo de inundações e secas, especialmente nas zonas meridionais do Namibe, Cunene e Huila. Mais de 400 mil pessoas necessitaram de ajuda alimentar em 2016. Em outubro de 2016, o governo reativou o Fundo de Desenvolvimento Agrário para apoiar o setor, em parceria com o setor privado. Prevê-se que a produção agrícola aumente 7.3% em 2017 devido aos investimentos planeados em sistemas de irrigação, ao apoio às cooperativas agrícolas e às importações de fatores de produção. Estes investimentos aumentarão a produção de cereais de 2 379 000 toneladas em 2016, para 2 820 000 toneladas em 2017; e o fornecimento de fruta das atuais 5 042 000 toneladas para 5 563 000 toneladas até 2017. O crescimento da produção pesqueira será de 2.3% até 2017, embora abaixo da meta de 5.7% prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2013-17), devido a deficientes infraestruturas de processamento de peixe e à falta de financiamento.

A produção industrial registou uma baixa de 3.9% em 2016, que se deveu à escassez de energia elétrica e de moeda estrangeira o que restringiu o acesso às importações de fatores de produção. Em 2017, prevê-se um crescimento da produção industrial de 4%, devido à reorientação do governo das linhas de crédito existentes (estimadas em 5.47 mil milhões de USD) de iniciativas públicas para projetos do setor privado relacionados com a produção alimentar e a indústria ligeira. Novos



projetos de eletricidade, que obtiveram financiamento antes do choque do petróleo, devem entrar em operação em 2017 (por exemplo, hidroelétrica de Cambambe, ciclo combinado de gás no Soyo e 2 061 MW de hidroelétrica de Laúca). Esses projetos aumentarão o fornecimento de eletricidade e impulsionarão o crescimento do setor elétrico em 40.2%, em comparação com a meta de 27.9% prevista no PDN 2013-17.

A produção de petróleo registou dificuldades em ultrapassar a produção de 1.7 milhões de barris por dia nos últimos três anos. Estão ainda em curso novos desenvolvimentos, mas os campos *offshore* existentes estão a envelhecer. O projeto de gás natural liquefeito de 10 mil milhões de USD retomou a produção em setembro de 2016, após um longo período de paragem para reparações. A construção da refinaria do Lobito, que está em curso desde dezembro de 2012, foi interrompida seguindo a abordagem estratégica de racionalização de custos adotada pelo novo Conselho de Administração da Sonangol, que assumiu funções em junho de 2016. A refinaria deveria estar operacional em 2018, com uma capacidade de processamento inicial de 120 000 bpd, aumentando para 200 000 bpd. Em geral, espera-se que o setor petrolífero cresça 1.8% em 2017, contra 0.8% em 2016, devido à recuperação dos preços internacionais do petróleo e ao aumento das exportações.

Para além dos hidrocarbonetos, Angola é rica em recursos naturais. É o quarto maior produtor mundial de diamantes em valor (6º maior em volume). A produção de diamantes industriais em Angola atingiu 8.8 milhões de quilates em 2015, sendo a quarta maior em África. Em 2017, o crescimento do setor mineiro em Angola desacelerará para 0.5%, em comparação com o objetivo de 4.9% do PDN 2013-17. A redução dos preços dos diamantes nos mercados internacionais está a provocar uma redução de novos investimentos e o crescimento da produção nas minas de Catoca, Cuango e Chitotolo, que representam 90% da produção total de diamantes. A crise prolongada do petróleo levou ao declínio do PIB per capita de Angola para 3 514 USD em 2016, o nível mais baixo numa década. Em 2017, os setores da construção e dos serviços não registrarão crescimento devido à baixa da procura agregada. Esta situação contrasta com as taxas de crescimento de 9.2% e 5.1% previstas no PDN 2013-17, respetivamente.

Tabela 2. PIB por setor (em percentagem do PIB)

	2008	2015
Agricultura. silvicultura. pesca e caça	4.9	9.9
dos quais pesca	1.5	3.5
Indústria extrativa	50.7	23.6
das quais petróleo	49.7	23.0
Indústria transformadora	3.5	5.4
Eletricidade. gás e água	0.6	0.5
Construção	6.7	13.1
Comércio por grosso e a retalho. reparação de veículos. bens de consumo. hotelaria e restauração	9.0	15.7
dos quais hotelaria e restauração
Transportes. armazenagem e comunicações	4.0	4.5
Serviços financeiros. imobiliário e serviços às empresas	4.1	4.6
Administração pública e defesa	9.6	11.4
Outros serviços	6.9	11.3
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos fatores	100.0	100.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais.

Política macroeconómica

Política orçamental

A conjuntura decorrente do baixo preço do petróleo levou o governo a manter uma política orçamental austera em 2016. Em agosto de 2016, o governo aprovou uma série de ações para



controlar os gastos públicos. O preço de referência do petróleo no orçamento foi revisto de 45 USD / barril para 41 USD, a provisão de bens e serviços e o orçamento de investimento de capitais foram reduzidos em 45% e os subsídios aos combustíveis foram reduzidos de 7.35 mil milhões de USD em 2014 (cerca de 5.4%), para menos de 0.9 mil milhões de USD em 2016 (cerca de 1% do PIB). As despesas sociais representaram em média 28% do total em 2016, seguidas da proteção social (11%), educação (7%), habitação (5%) e saúde (4%). Por outro lado, as despesas sociais orçamentadas para 2016 diminuíram, em termos reais, cerca de 50% relativamente a 2014, devido à diminuição das receitas. A redução das despesas atrás referida ainda permitiu um aumento de 4.4% da despesa pública total para cobrir projetos de investimento público críticos destinados a melhorar a deficiente prestação de serviços, a diversificar a economia e a prevenir uma recessão. O défice orçamental de Angola diminuiu para 5.5% do PIB em 2016, particularmente devido aos esforços do governo para reduzir os gastos na sequência do colapso do preço do petróleo. O orçamento e os quadros de gestão financeira melhoraram significativamente, mas o país precisa de um quadro abrangente de orçamento e despesa a médio prazo (MTFF e MTEF). Além disso, as ligações do orçamento do Estado com os Planos Nacionais de Desenvolvimento e as estratégias de redução da pobreza continuam a ser pouco articuladas.

Prevê-se que a dívida pública tenha ultrapassado 70% do PIB até ao final de 2016, na sequência da depreciação da taxa de câmbio e do défice orçamental, mas deverá diminuir para 62.8% do PIB em 2017 devido ao impacto de um crescimento do PIB real de 2.3%. Prevê-se, ainda, que o peso da massa salarial do setor público passe de 11.3% do PIB em 2015, para 7.9% do PIB em 2017, devido ao congelamento dos aumentos salariais abaixo da inflação e à utilização da poupança salarial resultante do recenseamento biométrico de funcionários civis que permitiu identificar cerca de 54 000 funcionários *fantasmas* desde junho de 2015.

Em 2017, a política orçamental de Angola permanecerá restritiva, uma vez que os menores ganhos de exportação de petróleo limitam a capacidade do governo para fazer face aos pagamentos (por exemplo, contratos de construção) e, portanto, o potencial ressurgimento dos pagamentos em atraso. As eleições devem ocorrer em agosto de 2017, e o governo enfrentará desafios na consolidação orçamental, tendo em vista o potencial de deterioração dos padrões de vida. As instituições fiscais terão de ser reforçadas para gerir adequadamente a volatilidade da receita petrolífera. As políticas para atingir estes objetivos incluem o reforço dos esforços para aumentar a base de tributação e introduzir o IVA e ajustar os preços dos combustíveis de modo a refletirem as flutuações nos mercados internacionais.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB)

	2008	2013	2014	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Receitas totais (inclui donativos)	50.9	40.2	35.3	27.3	24.0	21.8	22.1
Receitas fiscais	6.2	6.9	7.7	7.9	8.3	8.3	8.7
Receitas do petróleo	42.4	32.3	25.9	18.0	14.3	12.1	12.0
Despesas totais e empréstimos líquidos (a)	56.6	39.9	41.9	30.6	29.5	25.8	24.5
Despesas correntes	33.3	28.5	29.4	24.7	23.6	20.4	19.1
Sem juros	31.4	27.7	28.2	22.6	20.6	18.4	17.7
Ordenados e salários	8.6	9.6	10.6	11.3	9.5	7.9	7.3
Juros	1.9	0.8	1.2	2.0	3.0	2.0	1.4
Despesas de investimento	23.3	11.4	12.5	6.0	5.9	5.5	5.4
Saldo primário	-3.7	1.1	-5.4	-1.3	-2.5	-2.0	-0.9
Saldo global	-5.6	0.3	-6.6	-3.3	-5.5	-4.0	-2.3

Nota : a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fontes: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.



Política monetária

A política monetária de Angola manteve-se restritiva em resposta ao aumento da inflação e às condições monetárias desfavoráveis. A inflação média anual no consumidor (IPC) atingiu 30.2% em 2016 (acima de 10.2% em 2015), principalmente impulsionada por taxas de câmbio mais fracas, preços internos mais elevados e condições monetárias frágeis. O Banco Nacional de Angola (BNA) reforçou a política monetária em resposta ao aumento da inflação. Desde meados de 2015, a taxa de referência do BNA foi aumentada em 625 pontos base, mas os sinais de aliviar as pressões sobre os preços parecem ter levado o BNA a manter a taxa de referência estável em 16% desde junho de 2016, em dezembro de 2016, ante 16% em abril de 2016. Tal situação repercutiu-se nas taxas de juro de curto prazo (até 180 dias), que aumentaram de 17% em abril de 2016 para 21% até dezembro de 2016. As taxas de juro também permanecem negativas em termos reais, o que desestimulou os depósitos a longo prazo. O setor bancário, cujo excesso de liquidez previsto de cerca de 1.5% do PIB no início de 2016, está agora a enfrentar um ambiente operacional desafiador devido à crise do petróleo. Os devedores com empréstimos pendentes em divisas estão a lutar para poder cumprir os seus compromissos, dada a depreciação da moeda e restrições de liquidez. O crédito total à economia desacelerou para 12% em 2016, em comparação com 18% em 2015, em linha com a implementação de medidas de financiamento mais rigorosas para mitigar os riscos do crédito bancário. A escassez de moeda estrangeira devido à menor receita de exportação de petróleo levou a uma depreciação nominal de 40% da taxa de câmbio oficial do kwanza (AOA) / USD de setembro de 2014 a abril de 2016. O BNA intensificou as suas vendas de divisas e, como resultado, a diferença entre a taxa de câmbio oficial e a paralela diminuiu de 250% em junho de 2016, para menos de 185% até o final de 2016. A negociação de títulos do tesouro, um serviço anteriormente apenas disponível internamente no BNA, foi transferida para uma plataforma *online* permitindo transações em tempo real. De acordo com o calendário da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) de Angola, a negociação de ações está prevista para 2017 e o mercado de futuros deverá estar operacional em 2019. As regulamentações de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (CBC/FT) melhoraram e Angola foi retirada do Grupo de Ação Financeira (FATF) em fevereiro de 2016, mas os canais de intercâmbio com os bancos correspondentes internacionais dos EUA permanecem fechados devido a uma regulamentações prudenciais e bancárias mais rigorosas, bem como à deficiência em sua aplicação em Angola.

A médio prazo, prevê-se que a inflação desça para 22% em 2017 e chegue a 20% até 2018, uma vez que condições mais restritivas da política monetária e uma taxa de câmbio estável apoiam a desinflação. Em 2017, espera-se que o BNA adote uma flexibilidade gradual de taxa de câmbio para enfrentar os desequilíbrios do mercado, fortalecer os regulamentos CBC/FT e atenuar os riscos decorrentes da perda de relações bancárias correspondentes dos EUA.

Cooperação económica, integração regional e comércio

Com os seus vizinhos sem acesso ao mar, a localização de Angola oferece potencial para o desenvolvimento do comércio inter-regional, particularmente dos produtos agrícolas e mineiros. Angola é membro de duas das oito comunidades económicas regionais reconhecidas pela União Africana, nomeadamente a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Prosseguem os esforços para a ratificação do protocolo de livre comércio da SADC. Além disso, Angola assinou mais de 45 acordos de comércio e tem acesso preferencial ao mercado da UE, da América e da China.

Com os preços do petróleo a permanecerem deprimidos em 2016, os rendimentos totais das exportações de Angola diminuíram cerca de 34%, mas deverão progredir em linha com a projeção do FMI de um aumento de 20% no preço do petróleo em 2017 (para 51.2 USD / barril) e um aumento marginal para 53.1 USD em 2018. As importações também caíram 55%, refletindo uma moderação do investimento de capitais liderada pelo governo e a continuada depreciação do kwanza, o que limita a procura dos consumidores. Em comparação com 2015, o défice da balança corrente



aumentou 1.2 pontos percentuais, isto é, chegou a 11.2% do PIB em 2016. Entretanto, tal indicador deverá melhorar como resultado da recuperação dos preços do petróleo e do aumento gradual do volume de exportação de petróleo. As reservas internacionais brutas de Angola deverão diminuir de 22.4 mil milhões de USD em 2016 (por exemplo, 8.1 meses das importações do próximo ano), para 19.4 mil milhões de USD até o final de 2017 (por exemplo, 6.8 meses de cobertura de importações), mas permanecerão maiores do que em 2008-09. Com a recente queda nos preços do petróleo, o IDE diminuiu significativamente, mas o setor petrolífero continua a ser o principal destino do IED, que atraiu 8.6 mil milhões de USD. A maior parte do IDE em Angola vem da China, EUA, França e Holanda. Os desembolsos de ajuda pública ao desenvolvimento permanecerão baixos, correspondendo a 380.1 milhões de USD/ano. A dependência de Angola relativamente à China é elevada: a China representou 12% das importações e 40% das exportações em 2016. O petróleo representa 95% do total das exportações. Já as principais importações são de máquinas e equipamentos, metais, veículos de transporte, produtos alimentares e agrícolas.

Tabela 4. Balança corrente (em percentagem do PIB)

	2008	2013	2014	2015	2016(e)	2017(p)	2018(p)
Balança comercial	51.0	33.5	24.1	12.2	6.7	6.5	7.0
Exportações de bens (f.o.b.)	75.9	54.6	46.7	32.3	26.4	25.1	25.1
Importações de bens (f.o.b.)	24.9	21.1	22.5	20.2	19.7	18.5	18.2
Serviços	-25.9	-17.2	-18.3	-15.6	-12.3	-10.1	-8.8
Rendimento dos fatores	-16.3	-7.9	-7.0	-5.8	-4.7	-3.3	-2.7
Transferências correntes	-0.2	-1.7	-1.7	-0.8	-0.9	-0.7	-0.6
Saldo da conta corrente	8.5	6.7	-2.9	-10.0	-11.2	-7.5	-5.1

Fontes: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

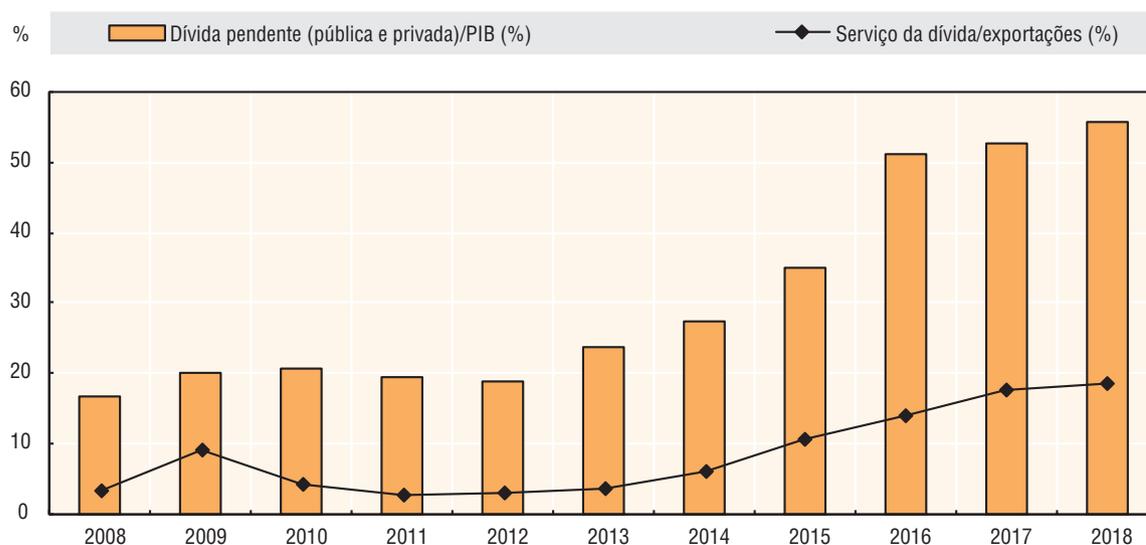
Política da dívida

Angola registou alguns dos maiores aumentos nos seus níveis de dívida pública nos últimos dois anos na região, mas a dívida total permanece sustentável. A dívida pública e com garantia pública aumentaram, chegando a representar mais de 57.8% do PIB em 2015, face a 34.8% em 2013. Prevê-se que a dívida pública ultrapasse os 70% do PIB até ao final de 2016, após a depreciação da taxa de câmbio e o défice orçamental. A queda do preço do petróleo em média de 99.5 USD / barril em 2014, para 46.5 USD / barril em 2016, levou o governo a contrair (de novembro de 2015 a junho de 2016) novos empréstimos de 11.46 mil milhões de USD, dos quais 8 mil milhões de USD da China. Os custos do serviço da dívida externa do governo são dos mais altos da região, e representam 25.5% da receita de exportação e 50.1% da receita total em 2016. O potencial de desvalorização cambial adicional em 2017 pode aumentar a carga do serviço da dívida do país, dada a proporção relativamente elevada de dívida denominada em moeda estrangeira (cerca de 42% no final de 2016). Os passivos contingentes são também uma fonte de risco, com a dívida da Sonangol, a atingir cerca de 14% do PIB em meados de 2016.

Angola manteve uma abordagem prudente na gestão da sua dívida pública e o Ministério das Finanças anuncia regularmente, no início do exercício, os montantes a vender no mercado interno para cada tipo de instrumento de dívida. Desde 2010, Angola deu passos significativos para diversificar as suas fontes de financiamento externo. Os empréstimos comerciais diminuíram de 58% em 2010, para 47% em 2016. Da mesma forma, os empréstimos bilaterais diminuíram de 34% em 2010, para 31% em 2016. Em contraste, houve um ligeiro aumento da dívida multilateral, que era de 3% em 2010 e chegou a 5% em 2016. Ademais, a dívida dos fornecedores privados aumentou de 5% para 11%, incluindo o euro bônus do país que responde por 6% da dívida total. A maior parte da dívida pública de Angola é de médio / longo prazo (44.1% do PIB), enquanto 3.9% é de curto prazo. Angola tem mantido fortes amortizações externas e orçamentais com os depósitos do governo central a representar cerca de 15% do PIB, enquanto o Fundo Soberano de Riqueza tem 5 mil milhões de USD adicionais (6.7% do PIB). Além disso, o governo espera financiar cerca de

44% do orçamento geral do Estado de 2017 por meio de novos empréstimos internos e externos, totalizando 16.3% do PIB. Em abril de 2016, a Standard and Poor's confirmou o *rating* de crédito de Angola em B, mas reviu a perspectiva do país de estável para negativa. A Moody's rebaixou o *rating* de crédito de Angola de Ba2 para B1 com uma perspectiva negativa. Em setembro de 2016, a Fitch reduziu a classificação de risco de crédito soberano de Angola de B + para B, com uma perspectiva negativa. Uma eventual queda em 2017 dependerá do ritmo da deterioração das métricas de crédito, em especial das reservas externas, da debilidade cambial e da magnitude dos cortes nas despesas em período de eleições.

Figura 2. Estoque total de débito (percentagem do PIB) e serviço da dívida



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

Angola está posicionada na 182^a posição entre 189 economias analisadas no relatório *Doing Business 2017*, do Banco Mundial (BM), caindo uma posição em relação ao *ranking* de 2016. Registaram-se alguns progressos em 2016 devido à melhoria dos procedimentos para o pagamento de impostos, mas ainda há muito a fazer. Os principais obstáculos para fazer negócios incluem o número relativamente elevado de procedimentos necessários para criar uma empresa, o acesso limitado ao crédito, bem como a inadequação das infraestruturas e das capacidades dos profissionais do país. A longa história de uma economia centralizada e caracterizada por um forte domínio do setor público, levou ao aparecimento de “Pessoas Politicamente Expostas” no setor privado, colocando desafios significativos em matéria de governação e de transparência em Angola. O governo está a implementar reformas para melhorar o ambiente regulatório e mitigar o conflito de interesses entre as atividades do setor público e do privado. Foi promulgada uma nova Lei de Investimentos do Setor Privado (Lei 14/15, de 11 de agosto de 2015), com incentivos específicos para todos os investimentos (nacionais e estrangeiros). Foi adotada uma nova Lei Geral do Trabalho (Lei 7/15, de 15 de junho de 2015), que introduz flexibilidade no que diz respeito aos procedimentos de contratação. Uma nova lei de contratos públicos entrou em vigor em 16 de setembro de 2016 (Lei 9/2016 de 16 de junho) e é aplicável aos governos central e local.



O governo implementou várias iniciativas para acelerar o acesso à eletricidade de 30% em 2014, para 43% até 2017 e 60% até 2025, a saber: as hidrelétricas de Lauca (2 067 MW), Cambambe II (960 MW) e as centrais de ciclo combinado do Soyo I e II (750 MW), que devem ser concluídas em 2017. As autoridades estão empenhadas em reabilitar e expandir as estradas principais, incluindo os corredores regionais que ligam à República Democrática do Congo, à Zâmbia e à Namíbia. Em todos os 13 000 km de estradas foram reabilitados ou melhorados e 2 725 km de um total de 2 950 km de via férrea foram reabilitados com um investimento de mais de 3 mil milhões de USD. Estão em andamento planos para construir 44 plataformas logísticas para conetar com a linha ferroviária e com estradas principais. Prevê-se um investimento total de 3.9 mil milhões de USD. Cinco plataformas (Lombe, Luau, Menongue, Soyo e Caala) já registaram alguns progressos.

Setor financeiro

O setor financeiro de Angola cresceu rapidamente nos últimos cinco anos. O total de ativos aumentou de 43 mil milhões de USD em 2010, para 69.2 mil milhões de USD em 2014, mas deteriorou-se ligeiramente, para 56 mil milhões de USD em 2015, devido ao impacto negativo da forte depreciação da taxa de câmbio. O rácio de crédito malparado aumentou de 12.8% em agosto de 2015, para 15.1% até outubro de 2016. O índice de adequação de capitais também caiu de 22% em fevereiro de 2015, para 18.3% em outubro de 2016, mas permanece acima da exigência mínima regulamentar de 10%. O setor financeiro de Angola continua altamente concentrado em cinco bancos, que representam mais de 65% dos ativos e depósitos. Esses, contudo, possuem ligações fracas com o restante economia e não atuam como catalisadores para a diversificação. As estruturas de propriedade são muitas vezes deliberadamente opacas, mas estão em curso reformas para melhorar a governação e as normas. Entretanto, a rentabilidade dos ativos diminuiu de 25% em 2011 para 15% em 2015 devido ao aumento da inflação e à ineficiência operacional (por exemplo, o rácio custo / rendimento aumentou de 37% em abril de 2016, para 47.4% em outubro de 2016).

O acesso aos serviços bancários permanece baixo, e apenas 47% da população possui uma conta bancária. Em contrapartida, o acesso aos serviços bancários pelas PME situa-se em 86%, mas apenas 9% destas têm acesso a empréstimos. Os bancos angolanos permanecem vulneráveis ao preço do petróleo e às flutuações cambiais, uma vez que 30% dos depósitos totais são em moeda estrangeira. O setor financeiro não-bancário de Angola continua a ser pequeno e os ativos combinados de seguros, fundos de pensões e instituições de microcrédito equivalem apenas a 2% do PIB. A Bolsa de Valores de Angola (BODIVA) tem negociado obrigações do governo desde maio de 2015. O comércio ascendeu a cerca de 260 mil milhões de kwanzas entre janeiro e outubro de 2016, mas permanece incerta a data de lançamento efetivo da bolsa.

Cerca de metade dos 28 bancos do sistema falharam nos testes de stress de acordo com o relatório de estabilidade financeira do BNA de 2015. Em 2017, espera-se que o BNA fortaleça a regulação bancária e supervisão para evitar uma crise sistémica e lidar com os efeitos da perda de relações de correspondência bancária do dólar dos EUA. Esforços adicionais também serão necessários para concluir o processo de reestruturação e capitalização dos bancos públicos.

Gestão do setor público, instituições e reformas

Angola enfrenta um défice significativo de capacidades institucionais e humanas na implementação da sua ambiciosa visão de desenvolvimento para diversificar a economia e reduzir a pobreza. No entanto, registaram-se progressos positivos nos sistemas de controlo interno com a adoção da regulamentação da Inspeção-geral das Finanças (IGF). Além disso, o alargamento e maior frequência da elaboração de relatórios orçamentais, realizado através da utilização do sistema integrado de gestão financeira do Estado, contribuiu para tal progresso. Registaram-se igualmente progressos na auditoria das contas nacionais de 2011, 2012, 2013 e 2014 pelo Tribunal de Contas Externo, embora tal não fosse exigido por lei. No entanto, as variações significativas



(orçamento real versus desempenho), ainda evidenciam lacunas na capacidade de absorção para a implementação dos programas de investimento público.

O prolongado declínio dos preços do petróleo deu origem a considerações sobre a eficiência do setor petrolífero angolano. Em outubro de 2015, foi criada uma comissão para supervisionar a reorganização do setor petrolífero e da Sonangol, com o objetivo de melhorar sua eficiência. Isto incluiu a criação de uma Agência do Setor Petrolífero, que será responsável pela coordenação, regulação e avaliação do desempenho do setor petrolífero de Angola. Essa também terá como parte de suas responsabilidades principais organizar rondas de licenciamento, negociar e adjudicar contratos. O peso da massa salarial do setor público está a ser reduzido através do congelamento de novos recrutamentos e do desenrolar de um censo biométrico que revelou a existência de mais de 54 000 trabalhadores «fantasmas». Tais medidas resultaram numa economia total de 20.3 milhões de USD em remunerações anuais correspondentes à proporção de mão-de-obra fantasma composta por trabalhadores temporários e a tempo parcial. Uma pesquisa recente do Ministério do Trabalho e da Administração Pública mostra que a crise do petróleo tem tido efeitos generalizados sobre a retenção de pessoal, com cerca de 12 000 funcionários públicos a abandonar a administração pública em 2016. Há também desafios no avanço das reformas em áreas-chave relacionadas com “criar um negócio”. Angola ocupa apenas o 170º lugar entre 189 países analisados pelo Banco Mundial no referente à facilidade de registo de propriedades. Em média, são necessários 190 dias.

Gestão dos recursos naturais e meio ambiente

Angola tem feito progressos significativos para melhorar a eficiência e a transparência na gestão dos recursos naturais, mas o país ainda não aderiu à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (ITIE). No setor petrolífero, estão em curso reformas para reforçar os controlos financeiros internos e a governação empresarial na Sonangol. As políticas no setor de mineração estão focadas em diversificar a base mineral de diamantes em minério de ferro, ouro, pedreiras, quartzo e areias pesadas, e no desenvolvimento de ligações a jusante com o processamento de metal local. O Ministério da Geologia lançou em 2013 um programa quinquenal de levantamentos sísmicos aéreos do território angolano (PLANAGEO). As autoridades também anunciaram a intenção de implementar um conjunto de reformas organizacionais na empresa estatal de diamantes Endiama, visando alinhar a sua estrutura organizacional com o novo código de mineração.

Angola progrediu na busca da sustentabilidade ambiental. A área florestal total aumentou 95%, entre 2012 e 2013, e atualmente representa 46% da área total do território. Ademais, cerca de 26% dos sítios ricos em biodiversidade são protegidos, entretanto as áreas marinhas protegidas permanecem limitadas (menos de 1%). A capacidade de monitorização do impacto ambiental das indústrias extrativas é limitada devido à falta de capacidades especializadas, mas o Ministério do Meio Ambiente está a trabalhar com empresas do setor privado para fazer cumprir as disposições de auditoria ambiental e incluir contingências financeiras para os passivos ambientais.

Contexto político

O ambiente político de Angola continua a ser um desafio devido à deterioração das condições macroeconómicas e sociais em consequência da prolongada crise do petróleo, bem como de sistemas de governação débeis. O Presidente José Eduardo dos Santos, que governa desde 1979, foi reeleito em agosto de 2016 para liderar o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). O partido no governo foi desafiado pela oposição e organizações da sociedade civil sobre questões de proteção dos direitos humanos, governação e transparência, aumento do desemprego juvenil e deterioração das condições de vida. Globalmente, o país permanece politicamente estável. Em 2 de dezembro de 2016, o Presidente Dos Santos informou a liderança do MPLA que não iria concorrer a novo mandato em 2017. A incerteza sobre a sucessão política no MPLA foi encerrada



em 3 de fevereiro de 2017 com a nomeação do Ministro da Defesa João Lourenço como cabeça de lista do partido e candidato presidencial nas próximas eleições gerais previstas para agosto de 2017. Embora a probabilidade de instabilidade política permaneça baixa, dado o forte controlo político e económico do MPLA, esta não poderá ser sustentável no médio e longo prazo se não forem tomadas medidas para aumentar a inclusão.

As reformas de governação em Angola melhoraram modestamente nos últimos anos. Em 2016, Angola completou uma Análise de Gestão de Despesas Públicas e Sistemas Fiduciários (PEMFSR) com apoio técnico do Banco Africano de Desenvolvimento. A Lei dos Contratos Públicos (Lei 9/2016, de 16 de junho). Este é um desafio para as reformas de governação. O país ocupa o 164º lugar entre os 176 países analisados em 2016 no Índice de Perceção de Corrupção, da Transparência Internacional. No futuro, será fundamental para o governo continuar a intensificar os esforços para fortalecer as instituições políticas e minimizar os efeitos distorcidos de uma economia dominada pelo petróleo.

Contexto social e desenvolvimento humano

Capacitação dos recursos humanos

Apesar dos esforços governamentais para salvaguardar os gastos sociais, as despesas orçamentais sociais diminuíram cerca de 50% em termos reais em 2016 em relação a 2014. Angola deve fortalecer o investimento em capital humano, acelerar a diversificação económica e reduzir a vulnerabilidade da economia para conseguir a graduação da categoria de países menos desenvolvidos em 2021. A taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais era de 66% em 2014, com 79.4% na área rural e 41.1% na área urbana. A taxa líquida de matrículas no ensino primário aumentou de 79% em 2011, para 83.4% em 2014. Além disso, 2.9% da população com 24 anos ou mais concluiu estudos de pós-graduação.

A mortalidade dos menores de cinco anos é de 68 por 1 000 nados vivos, e a mortalidade infantil e neonatal é de 44 e 24 por 1 000 nados vivos, respetivamente. Menos de 30.6% das crianças estão totalmente vacinadas. A taxa nacional de desnutrição diminuiu de 29.9% em 2007/08, conforme relatado no IBEP, para 15.2% em 2015, como observado no IIMS. A malnutrição aguda nacional é de 1%. O apoio ativo continua a promover a alimentação dos bebés e crianças pequenas. Alguns dos desafios são: i) insuficiência e inadequação da dotação orçamental; ii) reservas limitadas de vacinas e iii) recursos humanos limitados devido ao surto de febre-amarela.

O Banco Mundial e as Nações Unidas indicam que a mortalidade materna diminuiu de 924 por 100 000 nados vivos em 2000, para 477 em 2015. O Censo Nacional Angolano estimou tal indicador em 450 em 2014. As melhorias ocorreram no acesso a cuidados de emergência obstétricos e neonatais, aumento de blocos cirúrgicos em todo o país; recrutamento de técnicos qualificados para as Províncias; bem como na descentralização e fortalecimento dos serviços de saúde. São necessários esforços para reforçar: i) o acesso aos serviços de saúde; ii) número de recursos humanos qualificados; iii) problemas ligados à cultura local; e iv) capacitação de mulheres.

Em 2015, de acordo com a UNAIDS, cerca de 320 000 pessoas viviam com HIV/SIDA, das quais as mulheres representavam 60%. A taxa de prevalência em Angola é de 2.2%. Apenas 48% dos adultos receberam tratamento antirretroviral em 2015. O tratamento em mulheres grávidas aumentou de 20% para 40%. Foram feitos esforços para melhorar a compreensão da epidemia através de vários inquéritos biológicos e comportamentais integrados. O principal financiamento para o HIV provém do Fundo Global, com um orçamento de 30 milhões de USD para 2 anos, em parceria com o Instituto Nacional de Combate ao HIV / SIDA, do Ministério da Saúde, do PNUD, do FNUAP e das ONG. Em 2016, Angola teve a pior epidemia de febre amarela dos últimos 10 anos, com 4 436 casos notificados. Em outubro de 2016, foram relatados cerca de 3 882 663 casos de



malária, tendo-se registado 13 399 mortes. A taxa de incidência da tuberculose (somente HIV + TB) foi de 111 por 100 000, em 2015.

Redução da pobreza, proteção social e trabalho

O *Relatório de Projeção da População de Angola 2016* (para 2014-50) sublinha uma melhoria da esperança de vida dos angolanos, atingindo 60.9 anos para a população total, com 59.4 anos para os homens e 62.4 anos para as mulheres. O *Relatório de Desenvolvimento Humano* do PNUD de 2015 classificou Angola como país de baixo desenvolvimento humano, posicionado em 149º entre 188 países. Angola passou de um IDH de 0.390 em 2000 para 0.532 em 2014, com 11.4 anos de escolaridade, 4.7 anos de escolaridade média e um rendimento nacional bruto per capita de 6 822 USD (PPA 2011). Em 2008, cerca de 36.6% dos angolanos viviam com menos de 1 USD por dia. A estimativa do Banco Mundial para o Índice de Gini de Angola mostra uma redução de 58.6% em 2000, para 42.7% em 2008.

Em outubro de 2015, foi aprovada a Lei Básica de Proteção Social, baseada na proteção social contributiva e na proteção não contributiva. A publicação da Proteção Social no Orçamento de 2016, da ADRA e da UNICEF, indica que Angola precisa urgentemente dar prioridade à proteção social não contributiva com foco em grupos vulneráveis. Quase 44% dos fundos classificados no orçamento geral do Estado como proteção social são dedicados à segurança social para servidores públicos, veteranos de guerra e ex-combatentes, enquanto 51% é atribuído a proteção social não especificada. De acordo com a mesma fonte, em 2016, apenas 5% do orçamento abrangeu a proteção social não contributiva.

O país conta com dois importantes programas de transferência social, nomeadamente o Programa do Apoio Social (PAS) e um cartão pré-pago (Cartão Kikuia). O PAS apoia 500 000 famílias vulneráveis. Outros programas de assistência social, geridos pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), proporcionaram alívio *ad hoc* a algumas das famílias mais vulneráveis. O cartão pré-pago (Cartão Kikuia) é um programa-piloto de transferência de dinheiro condicional que fornece a cerca de 50 000 famílias pobres 10 000 kwanzas (USD 50) por mês para a compra de um conjunto pré-definido de bens (alimentos, materiais educativos, etc.) estabelecidos pelo governo.

Desde 2016, Angola tem uma nova lei do trabalho, que reduziu o prémio salarial para o trabalho noturno e horas extraordinárias e aumentou o prémio salarial para o trabalho em feriados semanais. A duração máxima dos contratos de duração determinada também foi alargada. Ademais, a contratação a termo para tarefas relativamente permanentes tornou-se possível. As indemnizações por despedimento de empregados com 5 a 10 anos de serviço foram reduzidas. No entanto, a lei aumenta o pagamento por despedimento de funcionários que tenham completado um ano de trabalho.

Com base no censo nacional de 2014, Angola tem uma população economicamente ativa de 7 182 631, dos quais 60.3% urbana e 39.7% rural. A taxa de desemprego é de 24.2%. A proporção de homens e mulheres economicamente ativos desempregados é de 23.6% e 24.9%, respetivamente. O desemprego é maior na faixa etária dos 15-19 anos. As taxas de desemprego mais elevadas registaram-se em Lunda Sul e Lunda Norte com 43% e 39%, respetivamente. Benguela e Cuanza Sul têm as taxas de desemprego mais baixas com cerca de 14% cada. Luanda está acima da média nacional, com 30 a 33% de desemprego.

Igualdade de género

O *Relatório de Desenvolvimento Humano Africano 2016* do PNUD sobre Género reconheceu que Angola é o oitavo país da região com mais mulheres no Parlamento (36.7%). Dos 162 administradores locais, 50 são mulheres, 35 são administradores municipais. Duas mulheres são governadoras provinciais e dez vice-governadoras provinciais. O país tem uma lei contra a violência doméstica



e está a atualizar estatísticas sensíveis ao género. O Censo Nacional de 2014 indica que 52% dos 25.8 milhões de habitantes são mulheres, 65% entre 0 e 24 anos e 65.6% da população, 15 ou mais anos, é alfabetizada. Destes, 80% são homens e 53% mulheres. O PNUD HDR 2015 destaca que a taxa de participação na força de trabalho de pessoas com 15 anos ou mais é de 63.3% para as mulheres e 76.9% para o homem. A taxa de emprego das mulheres de 15 anos ou mais é de 34.1%, inferior a dos homens da mesma idade, que é de 46.6%. Os principais desafios são: i) a necessidade de maior priorização dos programas de saúde, educação e empreendimentos das mulheres no Orçamento Geral do Estado; ii) a importância de fortalecer as capacidades nacionais para implementar e monitorizar as diferentes políticas e leis emergentes; iii) a geração periódica de dados sensíveis ao género; e iv) a prevalência de normas sociais discriminatórias e de estereótipos sociais profundamente enraizados.

Análise temática: Empreendedorismo e industrialização em Angola

Segundo o Centro de Estudos e Pesquisas Científicas da Universidade Católica de Angola (CEIC), a indústria transformadora representou 4.3% do PIB em 2011, 8.6% em 2015 e 8.6% em 2016. Os produtos alimentares e as bebidas são os setores com taxas de crescimento mais elevadas e representaram cerca de 82% do valor acrescentado bruto industrial em 2015. Os restantes 18% são constituídos por materiais de construção, metais, produtos plásticos, minerais não metálicos, papel, madeira e têxteis.

O Programa Nacional de Industrialização (PIANG) 2013-17 encoraja o desenvolvimento da indústria transformadora angolana. O PIANG prioriza os subsectores de alimentos e bebidas; têxteis e vestuário; calçado; madeira e mobiliário; celulose, papel, cartão e produtos similares; produtos químicos, incluindo produtos farmacêuticos; produtos minerais não-metálicos / materiais de construção; metais de base e produtos metálicos fabricados; materiais de transporte e reciclagem.

O PIANG baseia-se numa abordagem que é composta por três fases do desenvolvimento industrial e define os resultados a ser atingidos a curto, médio e longo prazo, tais como: i) a promoção de pequenas empresas para impulsionar a substituição de importações; ii) o desenvolvimento de unidades industriais eficientes para maior produtividade; e iii) o crescimento de indústrias maduras com mais tecnologia de inovação e diferenciação. Como principal estratégia de industrialização, o PIANG visa desburocratizar e simplificar administrativamente o ambiente empresarial e inclui diversas instituições, tais como: Instituto de Desenvolvimento de Negócios (IFE), Instituto Nacional de Micro e Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e a Agência Nacional de Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX). A estratégia também considera medidas para o empreendedorismo, com ênfase especial nas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) e integra legislação diversa, como a Lei de Investimento Privado e a Lei 30/11 de 2011, sobre Micro e PME.

O relatório sobre o empreendedorismo, em parceria com o CEIC, a Sociedade Portuguesa para a Inovação e o Banco de Desenvolvimento de Angola, indicou que a taxa de atividade empresarial, ainda em fase inicial em Angola, era de 21.5%. Estima-se que entre 100 adultos (18-64 anos) em torno de 21-22 empreendem, com 72.1% iniciando um negócio impulsionado por oportunidades e 22.4% por necessidade. A faixa da população empreendedora situa-se entre 25-34 anos. Mulheres adultas empreendedoras em estágio inicial representaram 20.4% da população total de mulheres adultas, enquanto esse mesmo indicador para os homens atingiu o valor de 22.8%.

Em 2014, 44.7% dos angolanos consideravam iniciar um negócio dentro de 3 anos de acordo com o GEM 2014. O empreendedorismo representa uma oportunidade para o crescimento profissional e também para o status social. Os angolanos revelam considerável confiança nas próprias capacidades para iniciar e sustentar um negócio, apesar de 37.5% indicarem que a probabilidade de fracasso é um fator que poderia impedi-los de iniciar um negócio. Angola



possui vários instrumentos para apoiar o empreendedorismo. Em 2014, o Governo angolano aprovou uma Estratégia Nacional de Comércio Rural e Empreendedorismo (ENACRE). Esta Estratégia visa o Programa de Comercialização Agropecuária 2013-17 e apresenta um conjunto de ações para o desenvolvimento rural do país. Paralelamente, o Programa de Apoio às Pequenas Empresas (PROAPEN), sob a tutela do Ministro da Economia, apoia os angolanos na criação de empresas. Além disso, o Plano Nacional de Formação de Quadros 2013-20 (PNFQ 2013-20) aborda o empreendedorismo por meio do seu Programa de Ação. Outros mecanismos são o Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), que gere o programa «Angola Investe», e fornece formação certificada, apoio ao financiamento e acesso à rede de incubadoras, às micro, pequenas e médias empresas. Foi também criado pelo governo angolano o Instituto Nacional de Inovação e Tecnologias Industriais (INITE), no âmbito do Ministério da Indústria.

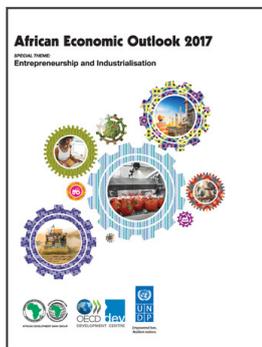
Em 2011, foi aprovada a Lei de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). Dentre os instrumentos de apoio às MPME estão: i) linhas de crédito a juros baixos; ii) fundos de capital de risco; iii) Escritório Único do Empreendedor (BUE) para criação e início de atividade de MPME; e iv) benefícios fiscais. O Poder Executivo de Angola criou em 2012 o Fundo de Capital de Risco Ativo (FACRA), que é um fundo de capital de risco para facilitar a criação e expansão de MPME. O FACRA aplica capital e passa a ser sócio da empresa que solicita a sua intervenção, desde que se enquadre nas suas condições de financiamento. Os setores prioritários são: tecnologias de informação, biotecnologia, setores associados à modernização e transformação industrial, agricultura, pesca, pecuária, materiais de construção e serviços de apoio ao setor produtivo.

Por outro lado, o Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI) a ser aplicado até 2017, tem como objetivo apoiar as empresas na transição do setor informal para o formal. Angola desenvolveu esforços importantes em torno do empreendedorismo. No entanto, existe ainda uma dispersão institucional. Algumas instituições que defendem o empreendedorismo são o Ministério da Economia, através do INAPEM e do BUE. O Ministério da Previdência Social e o Ministério da Família e Género, também têm algumas iniciativas e programas de financiamento ao micro-empreendedorismo. O Instituto de Desenvolvimento Empresarial (IDE) e a Agência Nacional de Promoção de Investimentos e Exportações (APIEX). Outros ministérios governamentais também promovem o empreendedorismo social.

O país tem o Conselho Nacional de Concertação Social liderado pelo Presidente da República, com delegação ao Vice-Presidente. Os Ministérios Governamentais estão representados no Conselho, juntamente com a Associação Industrial de Angola, a Câmara de Comércio e Indústria de Angola e duas Uniões nacionais. Dado que o Conselho da Associação Empresarial de Angola ainda necessita de reforço no seu funcionamento, a Associação Indústria de Angola aproxima-se do Conselho Nacional de Concertação Social e do Parlamento Angolano, em representação do setor empresarial económico. Existem também mecanismos bilaterais de concertação entre os ministérios setoriais e as associações empresariais que permitiram que sejam realizadas discussões sobre leis fundamentais antes de essas sejam aprovadas, tais como no caso da nova lei do trabalho, do direito das micro, pequenas e médias empresas e da lei do investimento privado.

Os principais obstáculos enfrentados por alguns empreendedores em Angola são: i) abastecimento limitado de água e energia; ii) o parque industrial desatualizado; iii) escassez de capacidade financeira; iv) políticas monetárias e fiscais que esvaziam o investimento privado; v) limitações na titulação de terras, restringindo as possibilidades de garantias de crédito; vi) acesso limitado a moeda estrangeira, vii) falta de competências técnicas e de gestão, bem como custos elevados da contratação de peritos externos; e ainda viii) alta depreciação cambial, que aumenta os preços de bens e de serviços importados.





From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Angola”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-14-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.